



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE
CENTRO DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DO SEMIÁRIDO
UNIDADE ACADÊMICA DE GESTÃO PÚBLICA
CURSO SUPERIOR DE TECNOLOGIA EM GESTÃO PÚBLICA**

FELIPE DA SILVA NUNES

**PERFORMANCE DA REPRESENTAÇÃO
NA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA PARAÍBA:
QUEM SÃO OS REPRESENTANTES E COMO SE CARACTERIZA A
REPRESENTAÇÃO?**

**SUMÉ - PB
2019**

FELIPE DA SILVA NUNES

**PERFORMANCE DA REPRESENTAÇÃO
NA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA PARAÍBA:**

**QUEM SÃO OS REPRESENTANTES E COMO SE CARACTERIZA A
REPRESENTAÇÃO?**

**Artigo Científico apresentado ao
Curso Superior de Tecnologia em
Gestão Pública do Centro de
Desenvolvimento Sustentável do
Semiárido da Universidade Federal
de Campina Grande, como requisito
parcial para obtenção do título de
Tecnólogo em Gestão Pública.**

Orientador: Professor Dr. Gilvan Dias de Lima Filho.

**SUMÉ - PB
2019**

N972p Nunes, Felipe da Silva.
Performance da representação na Assembléia Legislativa da Paraíba: quem são os representantes e como se caracteriza a representação. / Felipe da Silva Nunes. - Sumé - PB: [s.n], 2019.

43 f.

Orientadora: Professora Dr^a. Kelly Cristina Costa Soares.

Artigo Científico - Universidade Federal de Campina Grande; Centro de Desenvolvimento Sustentável do Semiárido; Curso Superior de Tecnologia em Gestão Pública.

1. Assembléia Legislativa da Paraíba. 2. Representação política. 3. Performance eleitoral. 4. Desempenho legislativo. I. Soares, Kelly Cristina Costa. II. Título.

CDU: 32(045)

Elaboração da Ficha Catalográfica:

Johnny Rodrigues Barbosa
Bibliotecário-Documentalista
CRB-15/626

FELIPE DA SILVA NUNES

PERFORMANCE DA REPRESENTAÇÃO NA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA PARAÍBA:

QUEM SÃO OS REPRESENTANTES E COMO SE CARACTERIZA A REPRESENTAÇÃO?

Artigo Científico apresentado ao Curso Superior de Tecnologia em Gestão Pública do Centro de Desenvolvimento Sustentável do Semiárido da Universidade Federal de Campina Grande, como requisito parcial para obtenção do título de Tecnólogo em Gestão Pública.

BANCA EXAMINADORA:



Kelly Cristina Costa Soares
UAGESP/CDSA/UFCG
Orientadora



Gilvan Dias de Lima Filho
UAGESP/CDSA/UFCG
Examinador 1



Allan Gustavo Freire da Silva
UAGESP/CDSA/UFCG
Examinador 2

Trabalho aprovado em: 11 de julho de 2019.

AGRADECIMENTOS

A pesquisa resultante neste artigo foi realizada com apoio do CNPq, Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – Brasil.

Agradeço à minha mãe Gizélia por estar comigo todos os dias e me fornecer total apoio aos meus estudos. À orientadora Prof.^a Dr.^a Kelly Cristina Costa Soares, por me inscrever como bolsista do programa PIBIC/CNPq-UFCG e me proporcionar a oportunidade de realizar a pesquisa legislativa resultante neste trabalho acadêmico. Agradeço também aos meus amigos e colegas de turma William Felipe, Bruno de Sousa e José Albano pelo apoio durante a realização da pesquisa.

Por fim e de total importância, agradeço à Universidade Federal de Campina Grande – UFCG e ao Centro de Desenvolvimento Sustentável do Semiárido – CDSA, pela oportunidade de ser discente do Curso Superior de Tecnologia em Gestão Pública, ao qual apresento este Trabalho de Conclusão de Curso, concluindo assim, uma etapa inicial na carreira acadêmica.

RESUMO

Um dos aspectos mais relevantes da democracia contemporânea é superar a dificuldade de constituir uma representação política que atenda aos anseios da coletividade. A discussão a respeito da representação política no sistema político brasileiro, leva em consideração vários aspectos relevantes, como: a forma como se realizam as tomadas de decisões dos atores políticos; e, se realmente é efetivada a visualização dos interesses públicos. Assim, analisam-se as características essenciais referentes às prerrogativas dos parlamentares estaduais da Paraíba, observando a performance desses representantes nas suas ações como legisladores, nos aspectos dos processos decisórios em consonância com seu desempenho na arena eleitoral. O presente estudo objetiva analisar os fatores que constituem a representação e o desempenho dos deputados nas funções legislativas e suas características eleitorais no período de 2015 a 2018. Para análise dos dados foi utilizado o método de estatística descritiva. Os resultados apontam que há uma diversidade de partidos ocupando as cadeiras do legislativo estadual e que a participação dos parlamentares no Orçamento Anual do Executivo Estadual é intensa. Além disso, quando se analisa o processo eleitoral e a apresentação de emendas orçamentárias, encontram-se disparidades entre os representantes. Observou-se que as alianças entre partidos possuem mais influência do que as lideranças partidárias, e que os representantes atuam de forma individual em relação à apresentação de emendas e, a obtenção de cargos eletivos é importante para a manutenção dos mesmos ou aquisição de novos cargos.

Palavras-chave: Prerrogativas dos parlamentares. Representação política. Emendas orçamentárias.

ABSTRACT

One of the most relevant aspects of contemporary democracy is overcoming the difficulty of constituting a political representation that meets the collective's wishes. The discussion about political representation in the Brazilian political system takes into account several relevant aspects, such as: how political decision-making takes place; and if the public interests are really seen. Thus, the essential characteristics related to the prerogatives of state parliamentarians of Paraíba are analyzed, observing the performance of these representatives in their actions as legislators, in the aspects of the decision-making processes in line with their performance in the electoral arena. The present study aims to analyze the factors that constitute the representation and the performance of the deputies in the legislative functions and its electoral features in the period from 2015 to 2018. For data analysis, the descriptive statistics method was used. The results indicate that there is a diversity of parties occupying the seats of the state legislature and that the participation of parliamentarians in the Annual Budget of the State Executive is intense. In addition, when analyzing the electoral process and the presentation of budget amendments, there are disparities between representatives. It was observed that alliances between parties have more influence than party leaders, and that representatives act individually in relation to the presentation of amendments and, the obtaining elective positions is important for maintaining them or acquiring new positions.

Keywords: Prerogatives of parliamentarians. Political representation. Budget amendments.

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	7
2	REVISÃO DA LITERATURA	9
2.1	INSTITUIÇÕES POLÍTICAS E ASPECTOS REPRESENTATIVOS NO BRASIL.....	10
3	METODOLOGIA	11
4	RESULTADOS E DISCUSSÃO	12
4.1	PERFORMANCE ELEITORAL E DESEMPENHO LEGISLATIVO: EMENDAS E RECURSOS DESTINADOS AOS MUNICÍPIOS.....	12
4.1.1	Emendas individuais dos Deputados paraibanos	17
4.1.1.1	<i>Dotações das emendas orçamentárias</i>	20
4.1.1.1.1	<i>Reflexos da disputa eleitoral no ano de 2018 referente à Deputados estaduais eleitos em 2014</i>	21
5	CONCLUSÃO	24
	REFERÊNCIAS	25

1 INTRODUÇÃO

Um dos aspectos mais relevantes da democracia contemporânea é superar a dificuldade de constituir uma representação política que atenda aos anseios da coletividade. O papel das instituições políticas tem, no entanto, o pressuposto de coordenar a sociedade, de acordo com regras pré-estabelecidas a partir de critérios gerais e sempre a visualizar interesses coletivos. Desse modo, torna-se necessário observar a forma como se expressa a relação entre os representantes políticos e os cidadãos que os elegeram.

A discussão a respeito da representação política no contexto do sistema político brasileiro, leva em consideração vários aspectos relevantes, como, por exemplo, a forma como se realizam as tomadas de decisões dos atores políticos e, se realmente é efetivada a visualização dos interesses públicos. É importante destacar que o próprio sistema político brasileiro tem certa complexidade, no que concernem as características da representação e os mecanismos que dificultam a efetivação e clareza das responsabilidades nos processos decisórios. Todos esses aspectos direcionam para o questionamento sobre o funcionamento e a qualidade da democracia brasileira.

Vale ressaltar que, a estrutura partidária brasileira é bastante extensa e também é considerada como um dos principais entraves nas decisões tomadas pelos atores políticos, dando o devido destaque para o exercício da representação nos legislativos brasileiros. Esses argumentos levam em conta a falta de ampla base social dos partidos políticos e a frágil disciplina partidária vigente nas arenas legislativas. Desse modo, em consonância com essas fragilidades, torna-se pertinente o questionamento sobre como se dá a realização das demandas sociais que recaem sobre os respectivos legisladores brasileiros (AMES, 2003).

Como ressalta Carvalho (2003), é de suma importância analisar o grau de competitividade nos ambientes que os representantes políticos constroem suas bases, sejam elas a nível municipal ou estadual e qual a proporção desses fatores. Não obstante, é importante o entendimento analítico da “geografia política” e da demanda que incide sobre os representantes, para dar o primeiro passo à compreensão da nossa conexão eleitoral. Dessa forma, torna-se possível visualizar as ações dos candidatos e a forma como se expressam as suas estratégias para o sucesso eleitoral, bem como as possibilidades de manutenção na estrutura de

poder. Assegurar a sua reeleição é aspecto importante nas estratégias dos atores políticos. Para isso, sua sobrevivência eleitoral depende do bom desempenho no processo de tomadas de decisões para efetivação das recompensas em redutos eleitorais.

Assim sendo, analisam-se as características essenciais referente às prerrogativas dos parlamentares estaduais da Paraíba, observando, principalmente, a performance desses representantes nas suas ações como legisladores, nos aspectos dos processos decisórios em consonância com seu desempenho na arena eleitoral. Em contrapartida, a análise do comportamento parlamentar e a sua conexão eleitoral permitirão, no âmbito das relações Executivo-Legislativo no estado da Paraíba, aprofundar ainda mais a discussão, no que diz respeito à relação entre o desempenho dos parlamentares na arena legislativa e alocação de recursos para atender interesses dos seus eleitores. O cenário proposto para análise diz respeito à apresentação de emendas dos deputados estaduais ao orçamento do Executivo da Paraíba, na legislatura de 2015 a 2018 e sua conexão com o desempenho eleitoral. Desse modo, na referente investigação, produziu-se estatística descritiva sobre o perfil dos deputados estaduais paraibanos e suas participações na formulação do orçamento anual do estado. A pesquisa desenvolveu-se seguindo a orientação dos seguintes questionamentos: **em que medida é possível caracterizar a performance do representante legislativo em consonância com seu desempenho na arena decisória?**

O presente artigo tem como objetivo analisar os fatores que constituem a representação e o desempenho dos deputados nas funções legislativas e os vínculos com bases eleitorais. Para responder a esse objetivo geral foram definidos os seguintes objetivos específicos: verificar peso do voto nominal ou legenda para o sucesso eleitoral do deputado; verificar em que medida o desempenho do parlamentar na arena decisória pode indicar o perfil da representação; identificar quais significados tem à representação no contexto das experiências e atribuições legislativas.

2 REVISÃO DA LITERATURA

Em todo o mundo uma das formas mais relevantes de governo que encontramos é a democracia, muito embora em aspectos circunstanciais divergentes ela de diversos modos sempre terá como princípio a participação e atuação pública de atores que se configuram em representantes e representados. A democracia tem, portanto, o pressuposto da realização do interesse público. Essa afirmação fundamenta-se no argumento de que os representantes eleitos têm como prerrogativa a coordenação da sociedade e a viabilização de interesses coletivos. Portanto, como aspecto essencial para visualizar a qualidade da democracia, no que diz respeito às instituições representativas, torna-se necessário entender, as tomadas de decisões dos atores políticos, para melhor compreender como funciona a relação entre representantes e eleitores.

Dessa forma, Lijphart (2003), em sua contribuição à teoria democrática moderna, ressalta que as democracias contemporâneas são formadas por diferentes instituições, como legislativos, judiciários e grupos de interesse. Não obstante, no caso das democracias representativas, as instituições têm um papel importante na organização da sociedade e devem constituir um governo que atua de acordo com os anseios da coletividade. O autor problematiza essa ideia indagando que essas instituições democráticas ao serem estudadas, em seus aspectos, devem ser questionadas, principalmente, sobre a real efetividade de suas ações em detrimento do interesse público.

Nesse sentido, ressalta Cintra (2007), que cada país tem sua própria forma de organização política e, nesse contexto, para compreender como funciona uma forma de governo, é necessário, primeiramente, entender como funciona a sua estrutura institucional, pois, são as instituições democráticas que possuem o papel de coordenar e modular o comportamento da sociedade. Portanto, para entender a atuação dessas instituições, inicialmente, deve-se estudar o comportamento dos atores políticos, isso possibilita maior entendimento acerca do caráter da representação política.

Sobre esse aspecto, destaca-se que quanto mais a sociedade estiver ciente sobre o funcionamento das instituições, mais os cidadãos podem participar ativamente na política e se tornarem atores importantes no processo de construção social e política.

Avelar (2007, p. 261) salienta que “a participação política é instrumento de legitimação e fortalecimento das instituições democráticas e de ampliação dos direitos da cidadania”. Esse processo perpassa pela obrigatoriedade de as instituições mostrarem-se responsivas perante a sociedade e da capacidade dos cidadãos recompensarem ou punirem os representantes. Para tanto se faz necessário que existam agências legais que possam sustentar a regulação das responsabilidades que são atribuídas aos representantes.

2.1 INSTITUIÇÕES POLÍTICAS E ASPECTOS REPRESENTATIVOS NO BRASIL

As instituições políticas brasileiras passaram por um período de reconfiguração estrutural no período pós-ditadura militar e, a partir daí, evidentemente surgiram vários questionamentos acerca da consolidação dessas instituições e da democracia brasileira. Portanto, vários teóricos estudam os aspectos intrínsecos ao sistema político brasileiro, no que diz respeito às suas regras e práticas, buscando explicar como é o desenho institucional do país.

Dito isso, Ames (2003), indaga que as instituições políticas brasileiras se demonstram deficitárias. De acordo com o autor, a própria estrutura institucional fornece privilégios de poder a certos grupos de interesse. Além disso, Ames (2003) argumenta que o próprio arranjo institucional brasileiro incentiva os representantes políticos a tomarem decisões apenas em detrimento dos seus próprios interesses. Isso tornaria permanente, por parte dos representantes, um comportamento extremamente particularista.

Sobre esse aspecto, a perspectiva de análise legislativa norte-americana foi incorporada ao sistema político brasileiro, devido a forma de governo e as leis eleitorais favoreceriam a busca dos representantes por incentivos eleitorais, através dos quais, os políticos buscariam antes de tudo se reeleger e estabelecer vínculos pessoais com seus eleitores. Da mesma forma, as políticas públicas patrocinadas pelos políticos seguiriam nessa mesma perspectiva (FIGUEIREDO; LIMONGI, 2002). Entretanto, no que diz respeito ao Congresso brasileiro, a realidade é outra. As regras institucionais não permitem tanta liberdade ao Legislativo, e isso dificultaria o individualismo dos parlamentares. Nesse sentido, os estudos sobre o comportamento dos legisladores brasileiros seguem essa controvérsia.

Por isso, para entender o comportamento dos parlamentares brasileiros, uma perspectiva aceita na ciência política brasileira, é de extrema relevância a análise sobre o funcionamento do sistema eleitoral, o desempenho dos parlamentares na arena decisória e a conexão eleitoral, ou seja, a manutenção dos votos em determinadas localidades municipais.

Seguindo essa perspectiva, Carvalho (2003), em sua análise seminal sobre a “Geografia política do voto e comportamento Legislativo no Brasil”, estudou a dinâmica da competição política dos candidatos ao Legislativo brasileiro e sua análise buscou mostrar o comportamento eleitoral nas diversas unidades federativas do país e como se desenha o “mercado competitivo eleitoral” nos distritos eleitorais brasileiros. O autor verificou que no caso do Brasil, os distritos menores seriam alvos de uma menor parcela dos candidatos, ocorrendo o contrário para os maiores distritos, onde a maior parte dos candidatos buscaria disputar seus votos. Portanto, a competição política seria mais ativa nas áreas mais urbanizadas onde está concentrada maior parcela do eleitorado.

Então, a participação dos legisladores na elaboração do orçamento anual do Poder Executivo, através dos mecanismos de emendas orçamentárias¹, seria um aspecto importante para entender, no contexto político brasileiro, a conexão eleitoral, a representação legislativa e as características referentes à relação Executivo-Legislativo.

3 METODOLOGIA

A análise fundamenta-se em dados obtidos de fontes secundárias com intuito de analisar o perfil da representação e sua relação com a arena eleitoral. Para isso, a apresentação de emendas ao orçamento do Poder Executivo estadual, propostas por cada Deputado estadual da Paraíba (no exercício de suas funções legislativas) e o seu desempenho eleitoral, torna-se razão central do estudo. Não obstante, nesse estudo, foi utilizado o método de estatística descritiva para análise dos dados.

¹ “As emendas feitas ao Orçamento Geral da União, denominado de Lei Orçamentária Anual (LOA) – enviada pelo Executivo ao Congresso anualmente –, são propostas por meio das quais os parlamentares podem opinar ou influir na alocação de recursos públicos em função de compromissos políticos que assumiram durante seu mandato, tanto junto aos estados e municípios quanto a instituições” (FEDERAL, 2019).

A pesquisa conta com a instrução de um banco de dados a partir de informações obtidas em sites do Tribunal Superior Eleitoral e da Assembleia Legislativa da Paraíba. As informações sobre as emendas foram obtidas através de Ofício e recebidas em arquivos em formato PDF. Os dados foram tabulados em planilhas do programa Excel e constituíram um grande banco sobre aspectos eleitorais e de desempenho dos deputados estaduais da Paraíba nas eleições de 2014 e apresentação de emendas ao orçamento do Poder Executivo Estadual para os anos de 2016, 2017 e 2018². Desse modo, a pesquisa permitiu análise descritiva sobre a caracterização dos deputados da Assembleia Legislativa da Paraíba e sua performance no que concerne à alocação de recursos aos municípios do estado através da utilização do mecanismo de apresentação de emendas orçamentárias ao Orçamento Anual do Poder Executivo Estadual.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

4.1 PERFORMANCE ELEITORAL E DESEMPENHO LEGISLATIVO: EMENDAS E RECURSOS DESTINADOS AOS MUNICÍPIOS

Este estudo tem foco no perfil da representação legislativa do estado da Paraíba no que concerne ao desempenho de cada parlamentar na arena eleitoral e a alocação de recursos aos municípios através do mecanismo de emendas orçamentárias. Desse modo, a seguir demonstram-se os resultados eleitorais e a caracterização de cada deputado e o direcionamento das emendas orçamentárias aos municípios paraibanos. Para traçar o quadro do legislativo estadual do estado da Paraíba apresentam-se inicialmente dados relativos às principais características de cada parlamentar.

O Quadro 1, das coligações que elegeram os deputados estaduais apresenta os rumos à polarização dos grupos políticos e têm o PSB e PSDB como partidos que representam respectivamente as lideranças do Governador Ricardo Coutinho e do Senador Cassio Cunha Lima. Não obstante, a coligação que apoiou o Governador obteve somente 7 cadeiras da totalidade das 36 da Assembleia Legislativa da Paraíba. Enquanto a oposição declarada composta, principalmente, pelo PSDB

² Ver também Soares & Oliveira Filho (2018).

conquista 12 cadeiras. As demais cadeiras foram ocupadas por coligações de pequenos partidos sem influência nacional e pelos partidos PT e PMDB que apresentaram candidaturas isoladas.

Quadro 1 - Deputados Estaduais Eleitos em 2014³

Deputados Estaduais	Partido	Eleito por*	Coligação
Adriano Cezar Galdino de Araújo	PSB	QP	PSB/DEM/PRTB/PDT/PRP
Anísio Soares Maia	PT	QP	PT
Antonio Hervázio Bezerra Cavalcanti	PSB	SP	PSB/DEM/PRTB/PDT/PRP
Antônio Pereira Neto	PSDB	SP	PSDB/PEN/PP/PR/PTB
Antônio Ribeiro	PT	ME	PT
Arnaldo Monteiro	PSC	QP	PSD/PSC
Arthur Filho	PRTB	SP	PSB/DEM/PRTB/PDT/PRP
Ataide Mendes Pedrosa(Branco Mendes)	PEN	QP	PSDB/PEN/PP/PR/PTB
Bruno Cunha Lima Branco	PSDB	QP	PSDB/PEN/PP/PR/PTB
Caio Figueiredo Roberto	PR	ME	PSDB/PEN/PP/PR/PTB
Camila Araújo Toscano de Moraes	PSDB	QP	PSDB/PEN/PP/PR/PTB
Daniella Velloso Borges Ribeiro	PP	QP	PSDB/PEN/PP/PR/PTB
Edimilson de Araújo Soares	PEN	QP	PSDB/PEN/PP/PR/PTB
Estela Izabel Bezerra de Souza	PSB	QP	PSB/DEM/PRTB/PDT/PRP
Genival Matias de Oliveira Filho	PTdoB	QP	PTDOB/SD/PPS/PTN/PMN/PSDC/PRB
Gervásio Agripino Maia	PSB	QP	PMDB
Guilherme Almeida	PSC	SP	PSD/PSC
Humberto Tróccoli Júnior	PMDB/PROS	ME	PMDB

³ Os Deputados José Aldemir Meireles e Dinaldo Medeiros Wanderley filho de Almeida renunciaram aos mandatos, para assumirem as prefeituras de Cajazeiras e Patos respectivamente, por isso, eles não foram incluídos na análise dos dados referente as votações e emendas. O deputado Manoel Ludgério Pereira Neto não apresentou nenhuma emenda.

Inácio Justino Falcão Pereira	PTdoB	ME	PTDOB/SD/PPS/PTN/PMN/ PSDC/PRB
Jaci Severino de Souza	PP	QP	PSDB/PEN/PP/PR/PTB
Janduhy Carneiro Sobrinho	PODEMOS	QP	PTDOB/SD/PPS/PTN/PMN/ PSDC/PRB
Jeová Vieira Campos	PSB	ME	PSB/DEM/PRTB/PDT/PRP
João Bosco Carneiro Júnior	PSL	ME	PSL/PCDOB/PHS/PPL/PV
João Gonçalves de Amorim Sobrinho	PDT	QP	PSD/PSC
João Henrique de Sousa	DEM	QP	PSB/DEM/PRTB/PDT/PRP
José Paulo Vitorino dos Santos	PSB	QP	PSL/PC DO B/PHS/PPL/PV
Jullys Roberto	PEN/PMDB	SP	PSDB/PEN/PP/PR/PTB
Jutay Meneses Gomes	PRB	QP	PTDOB/SD/PPS/PTN/PMN/ PSDC/PRB
Lindolfo Pires Neto	PROS	QP	PSB/DEM/PRTB/PDT/PRP
Manoel Ludgério Pereira Neto	PSD	QP	PSD/PSC
Nabor Wanderley da Nobrega Filho	PMDB	QP	PMDB
Paulo Rogério de S. Rego	PTB	QP	PSDB/PEN/PP/PR/PTB
Renato Benevides Gadelha	PSC	QP	PSD/PSC
Ricardo Barbosa	PSB	QP	PSB/DEM/PRTB/PDT/PRP
Roberto Raniery de Aquino Paulino	PMDB	QP	PMDB
Rubens Germano Costa (Buba Germano)	PSB	QP	PSB/DEM/PRTB/PDT/PRP
Sebastião Tião Gomes Pereira	PSL	QP	PSL/PC DO B/PHS/PPL/PV
Tovar Alves Correia Lima	PSDB	QP	PSDB/PEN/PP/PR/PTB
Dinaldo Medeiros Wanderley Filho	PSDB	QP	PSDB/PEN/PP/PR/PTB
José Aldemir Meireles de Almeida	PEN	QP	PSDB/PEN/PP/PR/PTB
Ricardo Luis Barbosa de Lima	PEN	QP	PSDB/PEN/PP/PR/PTB

Fonte: Banco de dados do TSE, (2017).

*Nota: QP = Quociente Partidário; EM= Eleito por média; SP= Suplente que está assumindo o mandato na atual legislatura.

Percebe-se na supracitada tabela, o efeito positivo causado pela formação de coligações na eleição de candidatos aos cargos do Legislativo. Por outro lado, o significado da representação torna-se frágil, devido ao sucesso eleitoral do candidato mostrar-se mais dependente da formação de alianças partidárias. Esse aspecto, toma forma, ao passo que, a configuração do sistema de representação proporcional leva em conta o voto nominal do eleitor, mas, depende da votação dos demais eleitores, através das coligações e legendas dos partidos. Não obstante, a perspectiva a respeito das tomadas de decisões dos representantes torna-se complexa, devido à falta de clareza na responsividade representativa que terão, principalmente, os candidatos que não foram eleitos por votos nominais. Apesar disso, o voto nominal ainda permanece como um meio importante para o parlamentar buscar consolidar sua representação em determinadas localidades. Nesse sentido, o mecanismo de apresentação de emendas orçamentárias ao orçamento do Executivo Estadual da Paraíba é um instrumento amplamente utilizado e de extrema importância para visualização da representação do Poder Legislativo Estadual.

Na Tabela 1, expõe-se a quantidade de mandatos dos Deputados que ocuparam as cadeiras da Assembleia Legislativa da Paraíba no período em análise.

Tabela 1 - Deputados Estaduais por Partido e Número de Mandatos - Legislatura 2015-2018

Deputado	Partido	Número de mandatos
Adriano Cezar Galdino de Araújo	PSB	1
Anísio Soares Maia	PT	2
Antônio Hervázio Bezerra Cavalcanti	PSB	2
Antônio Pereira Neto (Antônio Mineral)	PSDB	4
Antônio Ribeiro Frei Anastácio Ribeiro	PT	4
Arnaldo Monteiro	PSC	3
Arthur Filho	PRTB	1
Ataide (Branco) Mendes Pedrosa	PEN	3
Bruno Cunha Lima Branco	PSDB	1
Caio Figueiredo Roberto	PR	2
Camila Araújo Toscano de Moraes	PSDB	1
Daniella Velloso Borges Ribeiro	PP	2

Edimilson de Araújo Soares	PEN	2
Estela Izabel Bezerra de Souza	PSB	1
Genival Matias de Oliveira Filho	PTdoB	2
Gervásio Agripino Maia	PSB	4
Guilherme Almeida	PSC	3
Humberto Tróccoli Júnior	PMDB/PROS	4
Inácio Justino Falcão Pereira	PTdoB	1
Jaci Severino de Souza (Galego Souza)	PP	1
Janduhy Carneiro Sobrinho	PODEMOS	2
Jeová Vieira Campos	PSB	2
João Bosco Carneiro Júnior	PSL	2
João Gonçalves de Amorim Sobrinho	PDT	3
João Henrique de Sousa	DEM	3
José Paulo Vitorino dos Santos	PSB	1
Jullys Roberto	PEN/PMDB	1
Jutay Meneses Gomes	PRB	2
Lindolfo Pires Neto	PROS	4
Manoel Ludgério Pereira Neto	PSD	4
Nabor Wanderley da Nobrega Filho	PMDB	1
Paulo Rogério de S. Rego	PTB	2
Renato Benevides Gadelha	PSC	1
Ricardo Barbosa	PSB	2
Roberto Raniery de Aquino Paulino	PMDB	3
Rubens Germano Costa	PSB	1
Sebastião Tião Gomes Pereira	PSL	6
Tovar Alves Correia Lima	PSDB	3
Dinaldo Medeiros Wanderley filho	PSDB	1
José Aldemir Meireles de Almeida	PEN	4
Ricardo Luis Barbosa de Lima	PEN	4
Média		2,35
Min		1
Máx.		6
Desvio Padrão		1,24

Fonte: Banco de dados do TSE e Assembleia Legislativa da Paraíba, (2017).

A Tabela 2, representa a quantidade de mandatos por Deputado. Nota-se que há uma variedade de candidatos com mais de 1 mandato, esse valor expressa-se na média de 2 mandatos para cada representante. Não obstante, o Deputado Sebastião

Gomes tem 6 mandatos. Entretanto, também é expressiva a quantidade de candidatos com apenas 1 mandato. Esses dados revelam que há uma renovação significativa na bancada, entretanto mostra-se superior a quantidade de candidatos que buscam se manter no Poder Legislativo Estadual, como reforça a Tabela 2:

Tabela 2 - Deputados Estaduais e o Número de Mandatos (2015-2018)

Número de Mandatos	Número de Deputados Estaduais	Percentual do nº de mandatos
1	13	31,7%
2	12	29,3%
3	7	17,1%
4	8	19,5%
6	1	2,4%
Total	41	100 %

Fonte: Banco de dados do TSE e Assembleia Legislativa da Paraíba, (2017).

Os dados da Tabela 3 demonstram que a quantidade de deputados que exercem a primeira legislatura no período de 2015 a 2018 aproxima-se de 32%. Não obstante, pode-se observar que é expressiva a quantidade de deputados que exercem entre a segunda e sexta legislatura, aproximando-se de 68%. Isso implica que a busca pela reeleição é explícita na Assembleia Legislativa da Paraíba.

4.1.1 Emendas individuais dos Deputados paraibanos

As emendas orçamentárias são propostas sempre no final de um determinado ano para o exercício do ano seguinte. Assim, os dados proporcionaram um total de 1.044 emendas individuais, propostas por todos os Deputados eleitos nas eleições de 2014. Dessa forma, para 2016 foram propostas 248 emendas; em 2017, 317 emendas; e, em 2018, foram propostas 268 emendas. Não obstante, os valores das dotações orçamentárias, levando em consideração os 4 anos, totalizaram R\$ 266.415.361,68 e, no que diz respeito aos municípios paraibanos, houve uma quantidade significativa de municípios beneficiados por ano, destacando o ano de 2018, com 202 cidades beneficiadas.

A seguir, a Tabela 3 mostra o quantitativo de emendas individuais na legislatura por Deputado:

Tabela 3 - Quantidade de Emendas Orçamentárias por Deputado/Ano

Deputados	Partido	Ano			Total	Média	Desvio
		2016	2017	2018			
Adriano Cezar Galdino de Araujo	PSB	5	10	0	15	5,0	5,0
Anísio Soares Maia	PT	15	15	15	45	15,0	0,0
Arnaldo Monteiro	PSC	0	6	0	6	2,0	3,5
Ataide Mendes Pedrosa	PEN	0	15	15	30	10,0	8,7
Bruno Cunha Lima	PSDB	8	12	14	34	11,3	3,1
Rubens Germano Costa	PSB	4	2	0	6	2,0	2,0
Caio Figueiredo Roberto	PR	1	1	1	3	1,0	0,0
Camila Araújo Toscano de Moraes	PSDB	15	13	13	41	13,7	1,2
Daniella Velloso Borges Ribeiro	PP	15	15	15	45	15,0	0,0
Dinaldo Medeiros Wanderley	PSDB	15	0	0	15	5,0	8,7
Paulo Rogério de Souza Rego	PTB	0	0	0	0	0,0	0,0
Edmilson de Araújo Soares	PEN	4	2	11	17	5,7	4,7
Estelizabel Bezerra de Souza	PSB	9	11	15	35	11,7	3,1
Antônio Ribeiro	PT	4	15	14	33	11,0	6,1
Jaci Severino de Souza	PP	16	15	15	46	15,3	0,6
Genival Matias de Oliveira Filho	PTdoB	0	9	0	9	3,0	5,2
Gervásio Agripino Maia	PMDB	3	2	0	5	1,7	1,5
Inácio Justino Falcão Pereira	AVANTE	10	15	15	40	13,3	2,9
Janduhy Carneiro Sobrinho	PODEMOS	14	4	5	23	7,7	5,5
Jeová Vieira Campos	PSB	0	14	15	29	9,7	8,4
João Bosco Carneiro Júnior	PSL	13	10	15	38	12,7	2,5

João Gonçalves de Amorim Sobrinho	PDT	4	14	13	31	10,3	5,5
João Henrique de Souza	DEM	15	15	15	45	15,0	0,0
José Aldemir Meireles de Almeida	PEN	15	14	0	29	9,7	8,4
Jutay Meneses Gomes	PRB	0	15	0	15	5,0	8,7
Lindolfo Pires Neto	DEM	0	0	0	0	0,0	0,0
Manoel Ludgerio Pereira Neto	PSD	0	0	0	0	0,0	0,0
Nabor Wanderley da Nóbrega Filho	PMDB	3	2	2	7	2,3	0,6
Roberto Raniery Aquino Paulino	PMDB	15	15	15	45	15,0	0,0
Renato Benevides Gadelha	PSC	11	11	12	34	11,3	0,6
Ricardo Barbosa	PSB	3	0	0	3	1,0	1,7
Ricardo Luis Barbosa de Lima	PMDB	0	0	3	3	1,0	1,7
Sebastião Tião Gomes	PSL	0	0	0	0	0,0	0,0
Tovar Correia Lima	PSDB	15	15	0	30	10,0	8,7
Humberto Trocólí Júnior	PROS	0	15	15	30	10,0	8,7
José Paulo Viturino dos Santos	PSB	16	15	15	46	15,3	0,6
Total	-	248	317	268	833		

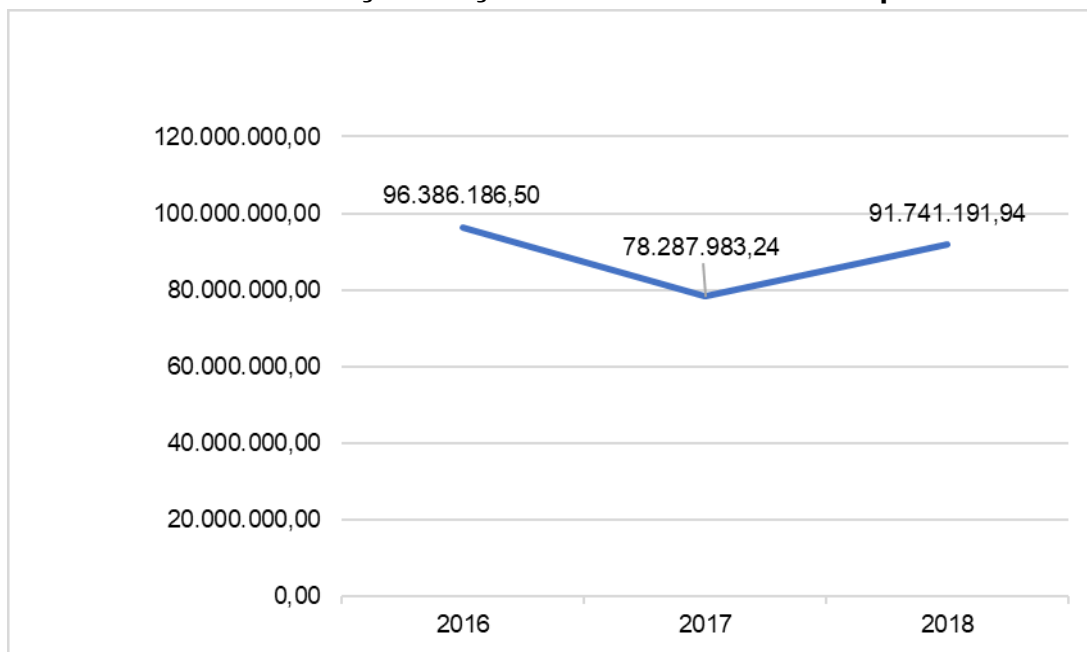
Fonte: Assembleia Legislativa da Paraíba.

Ao observar a Tabela 4, é possível notar que alguns deputados apresentaram um número superior de emendas em relação aos outros, como, por exemplo, os representantes: Anísio Soares Maia, Daniella Velloso Borges Ribeiro, João Henrique de Souza e Roberto Raniery Aquino Paulino. Da mesma forma, alguns apresentaram uma quantidade pouco significativa de emendas, neste caso, destacam-se os Deputados: Arnaldo Monteiro, Buba Germano, Caio Roberto, Genival Matias, Nabor Wanderley, Ricardo Barbosa e Ricardo Marcelo. Mas, também, percebe-se que em alguns anos, houve representantes que não apresentaram emendas e um representante que não apresentou nenhuma emenda durante os 4 anos da legislatura: o Deputado Manoel Ludgério Pereira Neto.

4.1.1.1 Dotações das emendas orçamentárias

Em relação às dotações orçamentárias das emendas propostas pelos Deputados no mandato, obtiveram-se os seguintes resultados considerando a evolução dos valores durante os 4 anos (Gráfico 1):

Gráfico 1 – Dotações orçamentárias das emendas por ano



Fonte: Assembleia Legislativa da Paraíba.

O Gráfico 1 mostra a variação das dotações orçamentárias propostas pelas emendas individuais dos Deputados do ano de 2016 até o ano de 2018. Nota-se que, de 2016 a 2017, o valor das dotações reduziu em R\$ 18.098.203,26. No entanto, houve um incremento em 2017 e 2018 de R\$ 13.453.208,70. Por fim, levando em consideração os valores dos 4 anos as dotações orçamentárias resultaram no total de R\$ 266.415.361,68. Esses dados revelam que a participação dos Deputados paraibanos na formatação do Orçamento Anual do Executivo Estadual é intensa.

No que diz respeito aos municípios, houve uma quantidade expressiva de emendas propostas às cidades paraibanas. Levando em consideração os 4 anos do mandato, as emendas foram propostas para todos os 223 municípios paraibanos, porém, em cada ano só uma parcela dos municípios recebera emendas orçamentárias, como expõe a Tabela 5:

Tabela 5 - Quantidade de municípios que receberam emendas por ano

Ano	Nº de municípios
2016	192
2017	190
2018	202

Fonte: Assembleia Legislativa da Paraíba.

A quantidade de municípios paraibanos beneficiados pelas emendas orçamentárias apresentadas em cada ano do mandato (2015-2018). Desse modo, observa-se que no primeiro ano (2016), foram 192 municípios, caindo para 190 em 2017. No entanto, nas emendas para o ano de 2018, o quantitativo de cidades beneficiadas aumentou consideravelmente para 202.

4.1.1.1 Reflexos da disputa eleitoral no ano de 2018 referente à Deputados estaduais eleitos em 2014

A tabela ilustrada a seguir mostrará a competição eleitoral exercida no ano de 2018 por alguns Deputados estaduais eleitos no processo eleitoral de 2014. Destaca-se que alguns, buscaram adquirir outro mandato consecutivo na Assembleia Legislativa e, também, representantes que concorreram aos cargos de Deputado Federal e Senador.

Quadro 2 - Resultado da disputa eleitoral no ano de 2018 dos Deputados estaduais eleitos em 2014

Nome do Deputado*	Partido em 2014	Partido em 2018	Situação
Adriano Cezar Galdino de Araujo	PSB	PSB	Reeleito
Ataide Mendes Pedrosa	PEN	PEN	Reeleito
Rubens Germano Costa	PSB	PSB	Reeleito
Caio Figueiredo Roberto	PR	PR	Reeleito
Camila Araújo Toscano de Moraes	PSDB	PSDB	Reeleito
Paulo Rogério de Souza Rego (Doda de Tião)	PTB	PTB	Reeleito
Edmilson de Araújo Soares	PEN	PODEMOS	Reeleito

Estelizabel Bezerra de Souza	PSB	PSB	Reeleito
Jaci Severino de Souza (Galego de Souza)	PP	PP	Reeleito
Genival Matias de Oliveira Filho	PTdoB	AVANTE	Reeleito
Inácio Justino Falcão Pereira	AVANTE	PCDOB	Reeleito
Jeová Vieira Campos	PSB	PSB	Reeleito
João Bosco Carneiro Júnior	PSL	PPS	Reeleito
João Gonçalves de Amorim Sobrinho	PDT	PODEMOS	Reeleito
João Henrique de Souza	DEM	PSDB	Reeleito
Manoel Ludgerio Pereira Neto	PSD	PSD	Reeleito
Nabor Wanderley da Nóbrega Filho	PMDB	PRB	Reeleito
Roberto Raniery Aquino Paulino	PMDB	MDB	Reeleito
Ricardo Barbosa	PSB	PSB	Reeleito
Sebastião Tião Gomes	PSL	AVANTE	Reeleito
Tovar Correia Lima	PSDB	PSDB	Reeleito
Anísio Soares Maia	PT	PT	Não reeleito
Janduhy Carneiro Sobrinho	PODEMOS	PODEMOS	Não reeleito
Jutay Meneses Gomes	PRB	PRB	Não reeleito
Lindolfo Pires Neto	DEM	DEM	Não reeleito
Renato Benevides Gadelha	PSC	PSC	Não reeleito
Humberto Trocólli Júnior	PROS	PROS	Não reeleito
José Paulo Viturino dos Santos	PSB	PSB	Não reeleito

Fonte: Banco de dados do TSE, (2019).

*Nota: Não foram encontrados dados eleitorais dos Deputados: Arnaldo Monteiro, José Aldemir Meireles de Almeida e Ricardo Luis Barbosa de Lima.

No alusivo Quadro 2, identifica-se que a grande maioria dos Deputados estaduais que buscaram o exercício da reeleição obtiveram êxito, para ser mais específico, dos 28 Deputados que buscaram se reeleger, 21 foram premiados com a reeleição e outros 7, foram punidos com a não reeleição. Visualiza-se também, que 9 dos Deputados expostos mudaram de partido nos 2 pleitos eleitorais analisados (2014-2018). Cabe ressaltar, que todos os candidatos que mudaram de partido no pleito eleitoral de 2018, se consagraram vitoriosos na reeleição. Isso permite dizer

que não apenas o partido é importante para obter êxito na reeleição, mas, a atuação do parlamentar também contribui.

No Quadro 3, observa-se os candidatos que buscaram outro cargo eletivo no pleito de 2018.

Quadro 3 - Resultado eleitoral dos Deputados estaduais eleitos em 2014 e concorrentes ao cargo de Deputado Federal em 2018

Deputado Estadual 2014	Partido em 2014	Partido em 2018	Deputado Federal
Antônio Ribeiro (Frei Anastácio)	PT	PT	Eleito
Gervásio Agripino Maia	PMDB	PMDB	Eleito
Bruno Cunha Lima	PSDB	PSDB	não eleito

Fonte: Banco de dados do TSE, (2019).

Conforme enaltece o Quadro 3, dos 3 candidatos que competiram ao cargo de Deputado Federal em 2014, 2 se consagraram vitoriosos e apenas 1, não conseguiu obter o sucesso eleitoral.

Da mesma forma, pode-se observar o resultado eleitoral da única candidata que concorreu ao cargo de Senador no ano de 2018 (ver Quadro 4).

Tabela 8 - Resultado eleitoral dos Deputados estaduais eleitos em 2014 e concorrentes ao cargo de Senador em 2018

Deputado Estadual 2014	Partido em 2014	Partido em 2018	Senador
Daniella Velloso Borges Ribeiro	PP	PP	Eleito

Fonte: Banco de dados do TSE, (2019).

A candidata Daniella Velloso, candidatou-se ao cargo de Senador nas eleições de 2018, se consagrando vitoriosa. Com isso, pode-se destacar que dos 4 candidatos que buscaram novos cargos, apenas 1, Bruno Cunha Lima, não obteve êxito (ver Tabela 7).

Cabe traçarmos um paralelo entre as três tabelas elucidadas, das quais, nota-se que obter um cargo público pode ser importante para obtenção de novos cargos públicos, uma vez que, a grande maioria dos candidatos ou conseguiu se reeleger,

ou obteve novos cargos. Não obstante, a quantidade de candidatos que não conseguiu a reeleição mostrou-se pouco significativa.

5 CONCLUSÃO

Esta pesquisa apresentou vários aspectos referentes à performance da representação legislativa do estado da Paraíba. Observou-se que a composição de coligações nas eleições da Assembleia Legislativa da Paraíba, influencia na disputa eleitoral dos candidatos, uma vez que a maior parte das cadeiras da Assembleia Legislativa foi ocupada por membros de partidos considerados pequenos e que não são partidos do Governador do Estado ou do Senador em exercício Cássio Cunha Lima, que foram representantes de grande importância em nível estadual. Além disso, pôde-se notar que há uma renovação na casa Legislativa devido à parte significativa dos candidatos estarem no exercício do seu primeiro mandato. Não obstante, a busca pela manutenção do cargo político também é frequente, pois, uma significativa parcela dos parlamentares possui mais que 1 mandato.

No que diz respeito às emendas e votações dos candidatos, percebe-se comportamentos individualistas dos representantes, pois, alguns optam por alocar mais recursos, enquanto, outros Deputados não atuam no mesmo patamar. Concluiu-se também que, a grande maioria dos candidatos conseguiu se reeleger ou ocupou novos cargos eletivos, salientando a relevância da vida política para a continuidade do cargo público ou aquisição de novos cargos.

Por fim, destaca-se a importância desse estudo servir como sustentação para pesquisas posteriores acerca das atribuições legislativas dos parlamentares da Paraíba e a sua conexão eleitoral.

REFERÊNCIAS

AMES, B. **Os entraves da democracia no Brasil**. Rio de Janeiro: Editora FVG, 2003.

AVELAR, L. Participação política. In: AVELAR, L.; CINTRA, O. A. (Org.) **Sistema político brasileiro: uma introdução**. 2. ed. Rio de Janeiro: Konrad-Adenauer-Stiftung, 496p., 2007.

CARVALHO, Nelson Rojas de. **E no início eram as bases: geografia política do voto e comportamento legislativo no Brasil**. Rio de Janeiro: Revan, 2003.

CINTRA, A. O. Presidencialismo e parlamentarismo: são importantes as instituições? In: AVELAR, L.; CINTRA, O. A. (Org.) **Sistema político brasileiro: uma introdução**. 2. ed. São Paulo: Editora Unesp, 496p., 2007.

FEDERAL, Senado. **Emendas ao Orçamento**. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/glossario-legislativo/emendas-ao-orcamento>
Acesso em: 18 de jul. 2019.

FIGUEIREDO, Argelina C.; LIMONGI, Fernando. **Incentivos Eleitorais, Partidos e Política Orçamentária**. Dados – Revista de Ciências Sociais, Rio de Janeiro, Vol. 45, nº 2, pp 303 a 344, 2002.

LIJPHART, A. **Modelos de democracia: desempenho e padrões de governo em 36 países**. Tradução de Roberto Franco. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

SOARES, Kelly C. C.; OLIVEIRA FILHO, José J. C. **A lógica dos distritos informais e o comportamento parlamentar na Assembleia Legislativa da Paraíba**. Caxambu: ANPOCS, 2018.